

PATRIMÔNIO E HISTÓRIA na Fazenda Buritizinho-Altos-PI

Ivan Francisco Viana de Lima¹, Márcio Douglas de Carvalho e Silva²

Resumo

O presente artigo toma a casa de fazenda Buritizinho e seu acervo documental (cerâmica, vaso, cartas, mobília e a própria arquitetura da casa) para uma análise histórica patrimonial. O que determinamos como patrimônio cultural em análise, tanto preserva a memória quanto constitui herança assegurada à sociedade atual. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo demonstrou que a casa de fazenda preserva um significativo acervo de informações sobre a sociedade que a construiu e/ou deu significado.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Sociedade.

Abstract

This article takes Buritizinho farmhouse and its documentary collection (pottery, vase, letters, furniture and the architecture of the house itself) for a historical patrimonial analysis. What we determine as cultural heritage under analysis, both preserves the memory and constitutes an inheritance assured to the current society. We use as methodology the bibliographical and field research. The study showed that the farmhouse preserves a significant body of information about the society that built it and / or gave meaning.

Keywords: Memory; Patrimony; Society.

12

Recebido em: 10.06.2018

Aprovado em: 21.06.2018

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1306253>

¹ Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - UESPI

² Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – UESPI, Mestre em Antropologia – UFPI.

Introdução

Por meio da memória, as ações dos sujeitos no transcurso da construção de nossa sociedade podem ser relembradas e entendidas pelo o que foi preservado. Uma casa, uma rua, uma ponte que sobreviveu ao tempo e consegue manter-se viva na memória coletiva de um povo, serve como marco identitário, ou seja, contém em sua estrutura parte da história e das lembranças de uma sociedade, pois, além dos aspectos materiais são bens

Oriundos de processos culturais de construção de sociabilidades, de formas de sobrevivência, de apropriação de recursos naturais e de relacionamento com o meio ambiente, essas manifestações possuem uma dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação que não pode ser submetida às formas usuais de proteção do patrimônio cultural (IPHAN, 2012. p. 9).

Dessa forma, para entender a essência do patrimônio é preciso fazermos uma ligação entre o presente e o passado e procurar o que de fato herdamos das sociedades em seu transcurso. Experiência, técnicas e valores não são descartados, e sim conjugados e ajustados aos nossos dias. À vista disso, patrimônio aqui é entendido como toda forma de vida adotada e adaptada pelo homem aos espaços modificados pelo tempo, e que mesmo com as várias sucessões e passagem por diferentes gerações, não perderam sua essência, por estar encravada nos hábitos e valores herdados. Consequentemente, o patrimônio, artefato preservado, estimula a memória a relembrar do passado e do contexto social em que o mesmo se desenvolveu, assim:

A ideia de patrimônio vincula-se à de memória, ou seja, consistem em recordações, lembranças de tempos passados que estão presentes no que conseguiu sobreviver e conserva-se sobre a sociedade atual, seja uma casa, uma dança, crenças que fizeram parte de realidades já vividas e, apesar das modificações que sofreram, ainda podem ser identificadas pelo que resistiu ao tempo. O objeto a ser conservado recria um momento singular na história, refletindo uma arte vivida, que define o modo que determinado grupo social pensava e os valores por ele adotados. (LIMA, 2012. p. 31)

Prontamente, esse entendimento que geraria uma identidade entre sociedade e artefato, símbolo do patrimônio, de fato só seria possível com o conhecimento do contexto que perpassam os dois momentos, presente/passado, visto que, o não entendimento de um, recai sobre a incompreensão do outro, assim

essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. (BLOCH, 2002, p. 65)

No que tange as casas de fazendas do Piauí, a relação espaço-tempo passado, tem forte ligação com o presente, em razão das cidades piauienses ainda estarem muito ligadas aos setores rurais de seus municípios, reflexo do percurso histórico cultural da formação social do Estado.

Logo, parte da nossa história pode ser contada pelas casas de fazenda, construções remanescentes ao tempo que o gado era a maior fonte de renda, um passado com características típicas

da sociedade piauiense, que nasceu junto aos núcleos fazendários. Muitos dos nossos municípios tiveram suas origens em propriedades rurais como fazendas, unidades onde se organizava a economia que girava em torno da pecuária, espaço que reunia na lida do dia-a-dia, vaqueiros, agregados, moradores, reideiros e trabalhadores escravizados. Foram essas pessoas que deram origem à sociedade piauiense. Por isso, a importância de reconhecer as casas de fazendas como parte da memória do passado, como instrumento de análise de uma sociedade que tinha suas vivências dentro do contexto sertanejo de adaptação a realidade do espaço habitado.

A fazenda Buritizinho fica situada a aproximadamente 3 Km do centro da cidade de Altos-Piauí, as margens da BR-343 que liga Altos a Teresina. A fazenda é de propriedade de dona Lina, herança de seus pais. Fundada no ano de 1848, em seus 176 anos de existência sofre com a ação do tempo. Além da demolição de alguns cômodos, há intervenções na estrutura que conseguiu ser mantida. Apesar das modificações, a fazenda conserva significativo acervo documental (cópia da lei que abolia a escravidão no Brasil, emitida pelo imperador, inscrição em azulejo descrevendo ano de fundação e localização da fazenda, além de móveis e da própria estrutura da fazenda que contém muitas informações da sociedade na qual a mesma se ergueu) que nos guia ao conhecimento de uma sociedade que se estruturou nos espaços em que a pecuária era a maior fonte de renda.

Dessa forma, tanto a estrutura – arquitetura e matéria prima utilizada – como móveis e documentos que compõem o acervo da fazenda, evidenciam as práticas adquiridas pela sociedade pecuarista. Quando falamos em sociedade pecuarista nos referimos aos senhores, escravos, agregados, vaqueiros; de vida

dura, simples ou luxuosa. Foram esses personagens que construíram os pilares que originou a sociedade piauiense.

A cidade de Altos- Piauí, município, onde se ergueu a Fazenda Buritizinho, de início foi povoada por migrantes de outras regiões, fugindo da seca que castigava o Ceará “em 1800, com a chegada do primeiro colonizador, João de Paiva Oliveira, tem início a história do nosso município.” (FERREIRA, 1995, p. 17).

Nesse período, a posse da terra era muito disputada, por sesmeiros e posseiros, período em que no território piauiense a legalidade se dava através da doação da carta de sesmaria, que “no ano de 1816 fora concedida a Domingos de Paiva Dias, a sesmaria denominada Batalha, que está ligada aos primórdios do nosso povoamento.” (FERREIRA, 1995, p. 17). Dessa forma, a base econômica da região era agricultura, pecuária e extração vegetal. A criação de animais porcos, cabras e de aves, como galinhas, serviam para o consumo próprio.

Os aspectos rurais são fatores ligados aos primeiros núcleos populacionais da região, as fazendas. A cidade de Altos não fugiu à regra de formação das cidades piauiense, pois, “aqui chegando, João de Paiva Oliveira constituiu uma fazenda, dando-lhe o nome de Fazenda São José dos Altos” (DIAS, n/d). Hoje o município de Altos, apesar de ter sua economia movida pelo comércio ainda mantém forte ligação com os setores rurais. Segundo Lima, (2012, p. 37),

Os aspectos de ruralidade denotam a relação que o urbano tem com o campo. Parte significativa da população urbana ainda mantém vínculos muito fortes com o campo. Dos quintais, retira-se parte de sua subsistência: a laranja, a manga, a mandioca ou criação de animais, como porcos e galinha, além de cultivarem um canteiro com verduras.

Isso termina denunciando a relação rural/urbano. Trazem também da zona rural matéria-prima para a produção de artigos como jacás e vassouras, formas de sobrevivência vinculadas à relação que o homem da cidade tem com o campo que se faz presente na comunidade altoense.

A ligação entre cidade e campo é natural dos municípios piauienses, à vista disso, conservamos um sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracterizou uma determinada sociedade.

Para construir este trabalho, entramos e saímos da casa de morar do senhor à procura de constatar o que os documentos nos revelam de um passado com ligação forte com o presente. O mundo rural em que se originou a sociedade piauiense foi palco de conhecimentos e técnicas de sobrevivência. Esses espaços castigados pelo clima quente e pelas constantes secas acabaram dificultando a sobrevivência nesse território “o clima envolve e condiciona o comportamento das gentes” (LEMOS, 2004, p. 9). As casas de fazendas erguidas com matéria prima da região como carnaúba, para as coberturas das casas, o barro e a pedras para as paredes, refletem a adaptação ao clima e vegetação nativa, os modos de fazer e os modelos arquitetônicos das construções advêm de uma composição que mescla técnicas de adaptações das construções ao espaço e o modismo da época, símbolo do poder aquisitivo dos senhores que desfrutavam dos lucros produzidos em suas propriedades.

Aos poucos, a arquitetura portuguesa foi se adaptando às condições locais e sabiamente foi determinando partidos compatíveis aos materiais disponíveis e, principalmente, ao clima tão diversificado em nosso país de grandeza continental. No campo da arquitetura foi se

consolidando, então, uma série de exemplares já definidos como brasileiros, próprios da firmação cultural da colônia miscigenada e afastada onde o índio e o negro logo puderam deixar a sua marca no viver cotidiano. (LEMOS, 2004, p. 16)

A casa de fazenda reflete a formação social piauiense que se deu através das grandes possessões de terras, doadas pela coroa portuguesa, que concentrou nas mãos de alguns núcleos familiares o poder sobre as propriedades territoriais do estado, pois “foi a partir da sesmaria que se definiu a economia e o quadro sócio-econômico da colônia,” (BRANDÃO, 1995, p. 48) formando assim, uma elite pecuarista que tomava de conta da administração política econômica do território. Além disso, as propriedades rurais absorveram boa parte da mão-de-obra disponível na região, dando origem a outro ambiente social mais simples, relacionado com as práticas habituais dos espaços que condicionavam a sobrevivência de vaqueiros, reideiros, agregados e trabalhadores escravizados “assim esta sociedade era composta por uma classe rica – a dos fazendeiros latifundiários, e uma classe pobre – a dos vaqueiros e demais agregados e sitiantes, correspondendo esta à grande maioria da população” (LIMA, 2006, p. 92). Apesar da classificação por camada social, para conhecer um pouco mais da sociedade pecuarista temos que manter a relação entre ambas as classes.

É no contexto sertanejo de vivências múltiplas que se constituíram os modos de saber e viver, com danças e festas como reisados, dança de São Gonçalo, e a culinária com ingrediente cultivado pelo próprio sertanejo como os plantios de mandioca para a produção da farinha, goma e puba, matéria prima dos bolos e beijus; do milho, o cuscuz, a

canjica, a pamonha. Conhecimentos e técnicas que caracterizam a identidade do piauiense, e revelam um ambiente em que a criatividade humana é a essência da formação dos valores. Consequentemente, as práticas diárias, de produção dos alimentos eram transformadas em momentos de sociabilidade do povo piauiense vejamos:

A farinhada era outra forma de encontro social; realizava-se após a colheita da mandioca, entre maio e julho. A vizinhança toda era convidada para o processo de beneficiamento do produto, quando a mandioca era transformada em farinha, tapioca, entre outros produtos. O dono do mandiocal construía ranchos de palha para abrigar os convidados. Homens, mulheres, velhos e moços, livres e escravos, até mesmo as crianças, em volta do amontoado de mandioca, descascavam e lavavam as raízes, que depois eram raladas [...] (COSTA FILHO, 2006, p. 58).

16

Por mais que utilizamos a casa de fazenda e seus traços arquitetônicos (paredes de pedra e cal, cobertas com troncos de carnaúbas, grandes cômodos revertidos de janelas e portas para que o ar circule melhor), como base para uma discussão sobre a herança patrimonial que a sociedade pecuarista nos legou, não estamos aqui nos referindo somente ao ambiente vivenciado pela elite pecuarista.

A fazenda se constitui como um complexo em que as práticas da sociedade oitocentista coexistiam, ou seja, “a vida do sertão girava em torno das fazendas, estas entendidas como um complexo produtivo formado por um conjunto: casa de fazenda, casa do vaqueiro, o curral, o poço, a casa de aviamento, o cemitério”. (LIMA, 2012, p. 34). Em períodos festivos ou de safra, a comunidade se reunia em torno das propriedades. Nesse período, a capela

da fazenda “se tornava o centro das reuniões religiosas e sociais, durante eventos como batizados, casamentos, festas juninas e dos padroeiros” (FÉ LIMA, 2006, p. 90), promovendo a sociabilidade do calendário anual do sertão nordestino.

Uma vez que o gado piauiense fosse criado solto, se alimentando da pastagem natural da região, a pecuária piauiense precisou de homens para administrá-la. O vaqueiro, hoje símbolo da formação social do Estado, montado em seu cavalo, vestido em um gibão feito de couro, para se proteger de galhos e espinhos da mata onde corria atrás do gado que se separavam da boiada, ou mesmo na captura dos que iam ser abatidos. Além disso, a figura do vaqueiro na sociedade oitocentista era, muitas vezes, de intermediar a administração da propriedade, ou seja, ficava sobre sua responsabilidade a direção do domínio do senhor. Esse encargo lhe rendia uma parceria com o fazendeiro que, segundo (BRANDÃO, 1995, p. 46)

Competia ao proprietário da terra fornecer o gado, as instalações físicas da fazenda, os instrumentos agrícolas e pastoris e até escravos. O vaqueiro participava com seu trabalho, cujo pagamento processava-se anualmente após os cinco primeiros anos de administração, a razão da quarta parte dos bezerrinhos nascidos.

Além do trabalho livre, nas fazendas piauienses, também era utilizada a de mão-de obra escrava, geralmente para fazer os serviços mais pesados, “nos núcleos de produção pecuarista, competia ao escravo a construção e manutenção da infraestrutura como casas, aguadas, currais e roças” (BRANDÃO, 1995, p. 47). Apesar da vida difícil e de ter participação na sociedade como posse de outros homens, os escravos tive-

ram efetiva contribuição na construção do corpo social piauiense.

Preservação: o acervo documental como patrimônio cultural

A história é um discurso construído a partir de vestígios. O objeto do discurso ajuda a construir uma narrativa histórica e a memória perpassada em sociedades anteriores a nossa. Assim, preservar o documento é conservar nossa própria história.

Fig. 01: Descrição do ano de fundação em cerâmica



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

Em português arcaico e sobre cerâmica de modelo Francês, a inscrição aponta para o ano de inauguração e localização da fazenda Buritizinho. Documento encontrado e restaurado pelos atuais proprietários da fazenda “a cerâmica foi encontrada no fundo de um poço que ali existia e mandado para a restauração em São Luís, no Maranhão, por Dona Lina, num trabalho de meticulosa atenção e pesquisa dos artistas daquela cidade” (DIAS n/d). A inscrição indica 1848 como ano de fundação da propriedade, período em que algu-

mas fazendas recebiam as construções de grandes casas para abrigar o proprietário e sua família. Assim:

No século XIX, os proprietários passaram a residir nas fazendas de sua propriedade ou em cidades próximas a elas. Sua presença nas fazendas impingiu a necessidade de adequação da estrutura existente ou na construção de novas edificações para abrigar o fazendeiro e sua família. Isto provocou a mudança na arquitetura rural do Piauí: no lugar das toscas casas de taipa e palha, começam a ser erguidas casas com maior apuro na técnica e na estética. (IPHAN apud SILVA FILHO, 2007, p 42).

A fazenda fora erguida em uma região pertencente a Vila de Campo Maior, a algumas léguas das margens do rio Poti, lugar que anos mais tarde receberia a capital da província e se tornaria o centro administrativo do Estado.

O uso da mão-de-obra escrava no Brasil, perdurou por mais de três séculos, e não se limitou aos trabalhos nas áreas de cultivo da cana de açúcar ou nas plantações de café, o cativo foi empregado também nas regiões interiores do Brasil, onde houvesse trabalho, não se dispensava os serviços de um escravo. Portanto, o Piauí não foi exceção à regra de se manter a produção econômica movida pela força dos braços escravos. Nas fazendas piauienses, os trabalhos executados pelos cativos ia desde o manejo das boiadas passando pelos serviços domésticos até a manutenção da estrutura da propriedade.

Havia necessidade de montagem e conservação da infra-estrutura das fazendas, o que ficava a cargo dos escravos. A agricultura de subsistência, a construção de aguadas, cercas, currais e a fabricação de utensílios mais grosseiros, além dos serviços domésticos, eram, sem dúvida, imprescindíveis, básicos na vida das fazendas, mas eram

também trabalho pesado, pouco gratificante para o homem livre. (BRANDÃO, 1999, p. 28)

Mesmo nos locais mais distantes dos grandes centros produtores da monocultura, coexistiam, homens escravizados, livres e libertos, os primeiros estavam sempre buscando conseguir sua emancipação do sistema que lhe mantinha sobre o regime de servidão. A principal forma de resistir à submissão do cativo era fugir e buscar locais distantes dos olhos dos senhores e seus comandados, geralmente os quilombos¹ eram os destinos de muitos cativos que conseguiam escapar das propriedades que lhes mantinham submisso.

O sistema escravista só teve fim na segunda metade do século XIX, por decreto expedido pela princesa Isabel, que dava como extinta a escravidão no Brasil. Uma cópia desse documento se encontra na sede da fazenda Buritizinho (figura 02) enviada pelo Império brasileiro para as propriedades que dispunham de trabalho escravo, e declara a extinção do cativo no Brasil, a existência dessa carta na fazenda aponta para utilização de mão-de-obra cativa na propriedade.

18

Fig. 02: Piso da casa de fazenda Buritizinho



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

Fig. 03: Estrutura do telhado da Buritizinho



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

A estrutura física da casa de fazenda tem muitas informações da sociedade que lhe originou, assim como as intervenções que vem recebendo para se adaptar ao tempo presente. Piso de ladrilho, teto de carnaúba com adaptação de ripa de madeira cerrada fios com instalação de energia elétrica, preservam alguns traços do passado, mas readapta a construção aos arranjos e avanços técnicos contemporâneos.

A casa e seus cômodos: estrutura que conta um pouco de nossa história

Para o piauiense a casa é um lugar em que estão presentes, são respeitadas, ensinadas e transmitidas às novas gera-

¹Locais em que se concentravam os escravos que fugiam das fazendas, minas e casas de família, onde eram explorados e sofriam maus tratos. Os escravos, para não serem encontrados, escondiam-se nas matas, nos lugares mais inacessíveis, como o alto das montanhas.

ções e, mesmos aos frequentadores (as-síduos ou esporádicos): hierarquias, proteções e segurança (físicas, emocionais, morais, sociais, religiosas, culturais, financeiras, psicológicas, etc.), identidade, autonomia, privacidade, divisão de responsabilidades/ atribuições/ tarefas por gênero e idade. (SILVA, 2014, p. 195).

A casa tem suas atribuições grupais, pois, agrega em seus espaços os lugares onde atuam os agentes sociais. A relação que a casa tem com a sociedade pode ser entendida pelos espaços que cada um ocupa nesse ambiente.

Fig. 04: Sede da Fazenda Buritizinho (s/d)



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

Diferente dos modelos de residências do nosso vizinho, Maranhão que tinha como modelo residencial grandes sobrados, os domicílios piauienses têm na verticalidade de suas casas as características típicas da região sertaneja. A casa de fazenda tem em sua arquitetura traços que simbolizam uma sociedade marcada pelo clima e sua forma de organização.

É comum encontrarmos nas estruturas das casas um alpendre, que serviam como local de descanso e sociabilidade dos proprietários “cômodos como quartos alcovas e varandas possuíam armadores de redes em madeiras ou ferro, e tal artefato era perfeito para o descanso nos dias de grande calor. (AFONSO, s/d, não paginado). Localizada num ponto alto do terreno, revertida de portas e janelas que serviam tanto para

amenizar o calor, decorrente da região, como dava ao proprietário uma visão, de dentro da casa, privilegiada de sua propriedade. Era também palco de encontros entres os feches políticos da região, ou seja, muitas decisões políticas da região foram realizadas nas sedes das fazendas, geralmente locais de encontros das elites que mantinham o poder político e econômico da localidade.

Fig. 05: Sala, com mesa de madeira



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

A sala, onde se encontra a mesa para refeição, é lugar de reunião familiar, pois, a hora das refeições é o momento em que a família se relaciona e conversa sobre o dia a dia na propriedade ou mesmo sobre assuntos que envolvem a família com a sociedade circunvizinha. Além da família do senhor, os empregados também estão sempre por perto, repondo a alimentação e acatando os mandos de seus patrões ou senhores.

Fig. 06: Cozinha da casa de fazenda Buritizinho



Fonte: Acervo pessoal Carlos Dias

A área de serviço e a cozinha eram espaços das mulheres e das crianças. Na

cozinha havia o fogão feito de barro e movido a lenha, para o preparo das refeições um forno também movido a lenha para os assados e bolos, mesa e cadeiras que serviam para os empregados fazerem suas refeições. Era momento de aprendizado, mas também de sociabilidade, já que as mocinhas se faziam presente para ajudar a providenciar os alimentos e assim aprender as receitas das “mais venhas” e os modos certos de prepará-las. Era dessa relação entre as gerações que provem o que determinamos como patrimônio imaterial, ou seja, o conhecimento que passa de geração a geração.

Considerações Finais

Identidade, talvez seja o grande elo que nos leva ao conhecimento da realidade presente. Mais o que existe de tão comum entre os hábitos sociais, que determina nossos modos de ser e pensar? No que uma sociedade que se constituiu nos primórdios da colonização do espaço sertanejo, que se adaptou ao meio, vivendo de forma simples sobre os limites que a região lhes proporcionava influencia em outra que não se limita aos espaços, pois, tem como característica o acesso rápido a uma conjuntura social globalizada?

A discussão que propomos neste trabalho é justamente a ambientação do que determinamos como patrimônio cultural aos espaços do ontem e do hoje, ou seja, do passado que os formou ao presente que herdou hábitos e costumes e a transmissão dos mesmos de uma geração a outra.

Assim, Ao longo do tempo, em decorrência do espaço que ocupa e da sociedade que atua, o homem readapta suas acomodações, o que de fato pode destruir o patrimônio ou somente mudar o cenário preservando a história e a memória das sociedades que nos trans-

mitiram seus hábitos, costumes e valores.

Referências

- AFONSO, A. Arquitetura e cultura. s/d.(no prelo).
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRANDÃO, T. M. P. **A elite colonial piauiense: Família e Poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- _____. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**; Apresentação de Armando Souto Maior. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- COSTA FILHO, A. **Escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2006.
- DIAS, Carlos. Fazenda Buritizinho. Disponível em <https://goo.gl/1bah81>. Acesso 26 jan. 2011.
- FERREIRA, Francisco. **Cotidiano e memória**. Altos: edição do autor, 1995. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**; organização, Márcia G. de Sant`Anna. 5 ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LIMA, I. F. V de. Uma foto(grafia) da farinha em Altos - Piauí. 2012. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2012.
- LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. A Família Moura Fé no Piauí *In*: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de, João

Kennedy Eugênio (Org.) **Gente de Longe**: história e memórias. Teresina: Halley, 2006.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Da fazenda para cidade: traços da cultura material e imaterial sertaneja nas casas piauienses em fins do século XX. *In*: SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. (Orgs.) **As cidades de Clio**: abordagens históricas sobre o urbano. Teresina: EDUFPI, 2014.